

# Alívio dos credores: estamos pagando os juros.

A notícia de que terão mais US\$ 540 milhões este mês deixou os bancos americanos satisfeitos: não terão de diminuir os dividendos dos seus clientes.



Ao mesmo tempo em que o diretor do FMI e representante do Brasil no órgão, Alexandre Kafka, afirmava ontem em Brasília que o País só voltará ao mercado financeiro internacional no próximo mês de fevereiro, para renegociar sua dívida externa de 1985, fontes bancárias norte-americanas ouvidas em Londres mostravam-se aliviadas com a notícia de que o País deverá pagar nos próximos dias os 540 milhões de dólares em juros atrasados.

Segundo as fontes, o Brasil, desta maneira, cumprirá seus compromissos vencidos no último dia 4 de outubro e evitará problemas de contabilidade aos bancos comerciais dos EUA, que poderiam ser obrigados, por lei, a catalogar os empréstimos ao Brasil como de "juros não pagos".

A notícia de que o Brasil vai pagar esses juros representa uma grande alívio para os bancos norte-americanos, já que muitos deles estavam preocupados com a possibilidade de que as dívidas brasileiras vencidas os obrigassem a diminuir os benefícios a serem distribuídos aos seus acionistas. Com o pagamento desses 540 milhões de dólares, segundo as fontes, os débitos brasileiros em atraso diminuirão para dois bilhões de dólares.

Por sua vez, o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, deixou claro que o Brasil não tem mais o que renegociar para 1984, apenas para 1985. O ministro da Fazenda, Ernane Galvéas, assinalou que crédito comercial junto às agências oficiais, no montante de US\$ 2,5 bilhões, está assegurado.

Alexandre Kafka esteve ontem com os ministros do Planejamento, Delfim Neto, e da Fazenda. Disse que veio fazer uma "visita de Natal", evitou comentar o orçamento monetário e disse desconhecer que a economista Ana Maria Jull, do FMI, retornará no começo de janeiro ao Brasil para continuar as inspeções nas contas nacionais.

Ele disse que a decisão argentina de suspender os pagamentos externos por seus meses não afetará as negociações do Brasil com a comunidade financeira internacional. Acha que, neste aspecto, tudo estará indo bem para o País. Junto ao FMI também o Brasil não enfrenta problemas, assegurou Kafka.

Sobre o compromisso brasileiro de elimi-

nar o déficit público em termos reais, Alexandre Kafka disse que isso é perfeitamente possível. Explicou que a diferença entre déficit real e nominal é que o segundo contabiliza a correção monetária, que atua como uma espécie de juros.

O ministro Ernane Galvéas assegurou que as linhas comerciais de crédito no valor de US\$ 2,5 bilhões já estão garantidas "há muito tempo, não há o menor problema sobre isso". Explicou que só os Estados Unidos é que têm de submeter o empréstimo de US\$ 1,5 bilhão ao Congresso.

Quanto aos outros países, basta que mantenham as linhas de crédito que sempre tiveram abertas para o Brasil. "O Canadá, Inglaterra, França, Japão, todos vão nos dar crédito", garantiu o ministro da Fazenda.

Os economistas do subcomitê de economia do comitê renegociador da dívida externa brasileira, Douglas Smee, do Banco de Montreal, e Hans Grimm, da União dos Bancos Suíços, deverão deixar hoje o Brasil, após a aprovação, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), do orçamento monetário de 1984. Smee e Grimm concluíram com técnicos do Banco Central a reformulação dos programas de ajuste da economia brasileira para este ano e o próximo, já com a previsão de fracasso da meta do Brasil de fechar o ano sem compromissos atrasados. Embora os atrasados somem US\$ 3 bilhões para liquidação apenas em janeiro de 1984, o presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, destacou ontem que importante será o pagamento de juros vencidos antes do final de outubro para evitar o enquadramento do País como inadimplente.

Fonte do Banco Central explicou que os membros do subcomitê vieram mesmo só coletar dados e discutir os ajustes no programa original apresentado pelo presidente do BC, Afonso Celso Pastore, em outubro, com as metas para 1983 e 1984. Observou que os bancos vêm levantar dados diferentes e, ao contrário do Fundo Monetário Internacional, nunca trazem sugestões recessivas. Com o adiamento da antecipação de US\$ 3 bilhões do jumbo de US\$ 6,5 bilhões, deste final de ano para janeiro, a reformulação do programa econômico brasileiro levará em conta a permanência de US\$ 3 bilhões de compromissos em atraso.

## Crítica aos bancos norte-americanos

As elevadas taxas de juros que os bancos norte-americanos estão cobrando dos países endividados da América Latina, na renegociação de seus débitos, faz com que se questione não apenas sua política, mas também seu juízo. Essa afirmação foi feita ontem, em editorial, pelo jornal *The Washington Post*, para quem tirou benefícios máximos na região "apenas aumenta a ameaça aos próprios bancos".

O jornal lembra que "os bancos devem muito ao FMI. Sem sua contribuição e sua assistência teriam ocorrido muitas moratórias nos empréstimos durante o ano passado". E agora, pergunta, "que farão os bancos para retribuir isto?"

O editorial diz ainda que se deve levar em conta o comportamento dos países devedores, afirmando que os banqueiros não reconheceram até agora os esforços do México, que adotou medidas severas para enfrentar a inflação.

Referindo-se ao aumento da contribuição norte-americana ao FMI, o jornal diz que "foi muito difícil conseguir do Congresso uma lei de apoio ao Fundo, porque os parlamentares supunham, erroneamente, que a instituição estava trabalhando para os banqueiros. Expressões duras contra os bancos precisaram ser apagadas do texto da lei".

The Washington Post comenta ainda que

o refinanciamento exige várias operações, "mas o preço pelo refinanciamento das dívidas latino-americanas foi um juro de 1,5% do valor do empréstimo. Num empréstimo de 4 bilhões de dólares, isto significa 60 milhões. A maior parte é ganância".

Embora pareça ser um bom negócio, o volume de empréstimos internacional foi reduzido drasticamente durante o primeiro semestre deste ano, ficando em 10 bilhões de dólares, contra um total de 22 bilhões concedidos nos últimos seis meses de 1982. Esses dados foram divulgados ontem pelo Banco de Pagamentos Internacionais (BIS), segundo quem o nível de novos empréstimos ao Brasil e ao México se manteve "relativamente bem".

Segundo o BIS, a redução pode ser atribuída aos "contínuos problemas de serviço da dívida, especialmente nos países em desenvolvimento, e à consequente relutância dos bancos em aumentar seus compromissos com países devedores em dificuldades. Também contribuiu para isso a diminuição do comércio internacional".

O nível de créditos para a América Latina, no entanto, "se manteve relativamente bem, graças às operações de apoio montadas oficialmente nos casos do Brasil e do México. Mesmo assim, continuam muito abaixo do nível registrado na primeira metade de 1982".